

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

POLÍTICA E INTERESSES DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NA CONJUNTURA CONTRACIONISTA DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1898-1906): um estudo prosopográfico da Câmara Baixa

Sávio da Silva Abreu

Mestrando em Sociologia Política – UENF.

Contato: savioabreu@gmail.com

Taís de Cássia Badaró Alves

Doutora em Sociologia Política – UENF.

Contato: taisbadaro50@gmail.com

Resumo:

Este artigo parte do pressuposto de que o Legislativo Federal constituiu-se em arena estratégica para o jogo político na Primeira República. Do mesmo modo, considera a permeabilidade do Estado frente a outros interesses que não se reduziram às demandas da cafeicultura como setor dominante. Como objetivo, pretende-se traçar o perfil biográfico da Câmara Baixa nos anos de 1898 a 1906 marcados por uma política econômica de retração das emissões e crédito a fim de inferir a correspondência aos interesses do setor industrial. Busca-se entender como os grupos econômicos atuam dentro das especificidades de um modelo determinado, em um tempo e em um lugar de acordo com as possibilidades apresentadas no âmbito do neoinstitucionalismo. Como ferramenta metodológica, este estudo se vale da prosopografia para verificar as origens da ação política. Contudo, embora os aspectos biográficos não atuem como variável que explica a representação de interesses do empresariado industrial, aposta-se nessa correlação na forma de atuação individual em debates e discursos parlamentares – desafios que se apresentam no panorama mais amplo de pesquisa.

Palavras-chave: Câmara Baixa; Prosopografia; Interesses; Empresariado Industrial; Primeira República.

Abstract:

This article assumes that the Federal Legislature constituted the strategic arena for the political game in the First Republic. Likewise, it considers the permeability of the State towards other interests that have not been reduced to the demands of coffee growing as the dominant sector. As an objective, it is intended to trace the biographical profile of the Lower Chamber in the years 1898 to 1906, marked by an economic policy of retraction of income and credit in order to infer a correspondence to the interests of the industrial sector. The aim is to make sense of how economic groups act within the specificities of a given model, at a time and in a place according to the advantages defined within the scope of neoinstitutionalism. As a methodological tool, this study uses prosopography to verify the origins of political action. However, although biographical aspects do not act as a variable that explains the interest representation of industrial entrepreneurs, we bet on this correlation in the form of individual action in parliamentary debates and speeches - challenges that present themselves in the broader research panorama.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Keywords: Lower House; Prosopography; Interests; Industrial Entrepreneurship; First Republic.

Considerações Iniciais:

Revisitar a Primeira República pela consideração das relações entre Economia e Política implica o reconhecimento das interações entre interesses privados e o Estado. Dentro de uma perspectiva que retoma as décadas iniciais do experimento republicano sob outros prismas, cabe reconsiderar a dimensão do Estado federal como “lugar de poder” – negligenciado nas abordagens tradicionais que supervalorizam a esfera estadual consagrada na fórmula denominada “Política dos Governadores”¹.

Como mais um aspecto, embora os cânones da historiografia consolidem a dimensão oligárquica e a hegemonia cafeeira no marco da “República Velha”, este estudo aposta na permeabilidade do Estado frente a outros interesses. De acordo com essa orientação, vale considerar a emergência do setor industrial e sua atuação para a consecução de suas demandas específicas. Em vista disso, este artigo se propõe a traçar o perfil biográfico da Câmara Baixa nos anos de 1898 a 1906 para verificar por meio dessa variável a porosidade do Estado aos interesses do empresariado industrial.

Como ponto de partida, discute-se a revisão de estudos sobre Primeira República a fim de justificar o recorte voltado para a instância federal e para o poder legislativo no contexto de pesquisa.

Como um segundo momento, considera-se a Câmara Baixa como arena de poder pelo dimensionamento de suas competências no âmbito do Estado. Por fim, apresenta-se o demonstrativo prosopográfico como método que permite traçar o perfil biográfico do Legislativo e as inferências decorrentes.

1. A Primeira República nos estudos históricos: Política e Economia

Dentro das perspectivas que se apresentam no panorama econômico da Primeira República (1889-1930), o “lugar” do café tornou-se incontestado pelos índices alcançados no cômputo mais geral da exportação, que respondem pela marca de 80% da produção

¹ A “Política dos Governadores” também denominada “Política dos Estados”, constituiu-se em uma engenharia política do governo Campos Sales (1898-1902) e selou a máxima de que “era dos estados que se governava a República” (PENNA, 1999).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mundial (SILVA, 1986). Contudo, a “trama” econômica e política durante as primeiras décadas da experiência republicana não se resumiu aos projetos da cafeicultura – o que pressupõe a permeabilidade do Estado frente a outros interesses (MENDONÇA, 1999; GOMES, 2002). Vale destacar outros estudos que passaram a discutir a hegemonia cafeeira e abriram a perspectiva de se focar esse período sob o prisma da representação dos interesses de diferentes segmentos, complementares ou antagônicos à cafeicultura (FRITSCH, 1980; TOPIK, 1987; FAUSTO, 1985; PERISSINOTTO, 1994).

Dentro desse panorama, de acordo com Cardoso (1985) – apesar da corrente industrialista enfrentar limites para o seu avanço – a República trouxe incrementos para o setor. Isto porque os primeiros anos do novo regime assinalam a intensificação do processo de industrialização (LUZ, 1978; VILLELA; SUZIGAN, 1973; SAES, 1981).

Em vista disso, este artigo considera a emergência das articulações do setor industrial com o Estado no recorte de pesquisa apresentado. Neste sentido, Leopoldi (2000) caracteriza as articulações do empresariado industrial com o Estado por meio de um canal privilegiado: as associações que capitanearam a luta para assegurar uma política de proteção à indústria². De modo especial, a autora analisa a fundação do Centro Industrial Brasileiro (CIB), em 1904, como entidade representativa dos industrialistas. Sobre essa entidade e sua atuação no contexto da Primeira República, destaca:

[...] envolveu-se diretamente no combate às políticas dos primeiros governos republicanos, fez *lobby* no Congresso, bloqueou tarifas desfavoráveis aos industriais e lutou por medidas protecionistas à indústria. Desta forma foi construindo, de maneira progressiva, o discurso industrialista e ampliando seu espaço no governo (LEOPOLDI, 2000, p. 64).

Em vista dos apontamentos feitos, este estudo fundamenta-se na premissa de que o Estado não se constituiu em mero instrumento sob o controle das oligarquias mineiro-paulista, atuando unicamente em prol do atendimento das reivindicações dessas ordens. Desse modo, o poder do Estado não foi utilizado de forma exclusiva em benefício da

² No âmbito do ordenamento conceitual da Ciência Política, os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração das políticas públicas de cada país (GOZETTO, 2004). Algumas referências fundamentam a utilização do conceito no recuo e abordagem históricas propostos neste estudo. De modo especial, destaca-se a menção feita por Aragão (1994) à atuação da Associação Comercial da Bahia fundada em 1811, perante o Congresso Nacional, no contexto da Primeira República.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

expansão da riqueza privada de um único bloco de capitais – aqueles vinculados aos negócios cafeeiros.

No que se refere à política econômica, em um primeiro momento, ressalta-se o imperativo das políticas monetária e cambial pelo fato de o modelo agroexportador estar condicionado à ascensão de preços do mercado internacional para a ampliação de seus lucros. Em torno dessas políticas mobilizavam-se os industriais para a proteção do setor por meio de tarifas seletivas para importação, oscilando seus posicionamentos quanto à valorização cambial – que refletia no menor custo de importação de bens de capital (máquinas e equipamentos) para um parque industrial incipiente em capacidade tecnológica – e a desvalorização do câmbio, que assegurava a competição com os bens de consumo importados. O Estado, por sua vez, valia-se da extração de rendas do imposto aduaneiro sobre as importações.

Do ponto de vista da delimitação da pesquisa justifica-se o recorte cronológico bem como a valorização da instância federal em detrimento das abordagens clássicas que enfatizam a “Política dos Estados” na Primeira República. Vale observar que este estudo delimitou a conjuntura que corresponde aos anos de 1898 a 1906 dentro do marco mais amplo da “Velha República”. Esse recorte já está dado pela literatura em sua relevância, destacando-se como uma fase de contenção das emissões monetárias e de deflação³. Corresponde aos governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) e representa uma fase de reorientação da política econômica para sanear as finanças do Estado, comprometidas, especialmente, pelo emissionismo dos primeiros anos da República (CARDOSO, 1981; VERSIANE, 1985).

Dentro desse contexto mais específico intensifica-se o confronto entre as diretrizes do “papelismo” e do “metalismo” – orientações que divergiam quanto à maior ou menor expansão monetária (FRANCO; LAGO, 2011). Esse embate trouxe para o centro da disputa entre os setores temas como a concessão de crédito, o ajuste cambial e a proteção tarifária – o que movimentou os industriais em torno de medidas específicas.

³ O contracionismo expressou uma reorientação na política econômica implementada por Rui Barbosa como Ministro da Fazenda nos anos de 1889 a 1891 marcados por conjunto de medidas voltadas para a expansão do crédito e das emissões de papel-moeda que deflagram a chamada “crise do Encilhamento” (CARDOSO, 1981).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No que se refere à valorização da instância federal vale destacar que a Primeira República está relacionada aos "ganhos de centralidade" para a União. Como expressão dessa orientação que supera os padrões de análise que reduziam as primeiras décadas do regime republicano a um "interregno", Elisa Reis (1991) valoriza o Estado como "ator" que importa no jogo de interações com os setores privados, além de assinalar o avanço do processo de construção do Estado Nacional no Brasil, dentro do marco da Primeira República⁴

Uma das questões centrais para este estudo, portanto, refere-se à arena para a qual a atuação dos interesses em disputa se direcionam⁵. Gozetto (2004) destaca a investida maior dos grupos de interesse sobre a Arena Legislativa, especialmente em países democráticos. No caso brasileiro, a autora aponta especificidades e esta proposta recua esse debate para o período da Primeira República – especialmente no quadro do federalismo das primeiras décadas do século XX. Desse modo, a Câmara Federal é valorizada como arena para a qual se dirigiam as “pressões” dos grupos privados em destaque (ARAGÃO, 1994; FARHAT, 2007; TOLEDO, 1985).

Valorizar o Legislativo em nível federal a fim de verificar possíveis interações com a "indústria" – em que pese a ênfase sobre a instância estadual e a Política dos Estados –, pode contribuir para melhor informar sobre a dimensão do Estado nesse contexto. Além disso, na esteira dessas considerações, a valorização do Parlamento brasileiro como arena das disputas políticas nas primeiras décadas do regime republicano consolida as críticas feitas às análises tradicionais para os quais a política, nesse período, se dava "exogenamente" ao Congresso, como em uma relação direta entre Executivo e oligarquias (GOMES, 1988).

Para uma melhor abordagem das relações entre Economia e Política nesse contexto, com ênfase na Arena Legislativa, mais especificamente na Câmara Federal, considerou-se o formato institucional vigente no início da experiência republicana, pelo pressuposto de que as instituições afetam o comportamento dos atores sociais e estabelecem "regras para o jogo" (NORTH, 1990). De acordo com essa perspectiva,

⁴ As implicações do enfoque no “estadualismo” – como resultante das prerrogativas conferidas aos estados pela Constituição de 1891 – encontram-se discutidas por Backes (2004).

⁵ Para melhor considerar o sistema de representação de interesses na Primeira República, ver Fernando Limongi (2010) e Wanderley Guilherme dos Santos (2013).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

torna-se necessário considerar a dimensão configurada pelo Estado e as relações políticas dentro das quais os atores investigados neste estudo se comportaram e atuaram, nos limites do "desenho institucional" da Primeira República (ALVES, 2016).

Para o novo institucionalismo, a restrição dos comportamentos deve ser considerada, levando-se em conta que os agentes atuam em meio às capacidades ou restrições implementadas pela dimensão institucional. Partindo dessas premissas, no tocante aos propósitos deste artigo, é fundamental entender como os grupos econômicos atuam dentro das especificidades de um modelo determinado, em um tempo e em um lugar (NORTH, 1990). A partir dessa lógica elegeu-se o neoinstitucionalismo em seu viés da escolha racional como lente teórica capaz de compreender o perfil dos atores políticos no âmbito da Câmara Federal.

Analisar o comportamento coletivo dos atores que compuseram a cena legislativa na Primeira República no âmbito federal por meio de variáveis permitem a inferência da correspondência, em maior, ou menor grau a interesses organizados na Primeira República.

Neste sentido, a prosopografia é usada como uma ferramenta por meio da qual se verificam as origens da ação política. No que mais interessa a este estudo, aposta-se na perspectiva de “desvelar” os interesses que perpassam “[...] a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles” (STONE, 2010, p. 115 -116).

Em vista das considerações apresentadas torna-se necessário dimensionar o “lugar” da arena Legislativa na Primeira República, no marco constitucional de 1891.

2. A Câmara Baixa na "Velha República": apontamentos sobre a Arena Legislativa

De acordo com Santos e Hochmann (2000), a percepção clássica do funcionamento do regime político na "República Oligárquica" implicou uma ideia de "neutralização" do Legislativo. Rejeitando a imagem de um Congresso totalmente submisso aos imperativos do poder Executivo, os autores partem do pressuposto de que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o "[...] o 'Pacto de Campos Sales' funcionava como um filtro apenas no momento das eleições" (SANTOS; HOCHMANN, 2000, p. 95)⁶.

Para as abordagens clássicas, como decorrência do "pacto oligárquico", o Congresso teria se tornado um espaço que não contava substantivamente no processo decisório: um espaço apático e submisso às preferências do Executivo (LEAL 1986; LESSA, 1988).

Esta visão consolida a ideia de um "arranjo político" traduzido em uma relação direta entre o poder Executivo e as lideranças locais, anulando o papel do Legislativo Federal no "jogo político" (MENDONÇA, 1999). Em vista disso, vale a incursão na Arena legislativa pela expectativa de sua permeabilidade às pressões que se constituíram no jogo de interesses do setor industrial.

A discriminação de competências da arena Legislativa apresenta-se nas delimitações previstas na Constituição e também nos Regimentos Internos da Câmara de Deputados e do Senado. Os Regimentos Internos constituem-se de regras que distribuem o poder e apontam para a maior ou menor potencialidade dos espaços legislativos como fóruns deliberativos e, com isso, indicam caminhos e estratégias para a pressão dos grupos (SANTOS, 2014). Dentro de um rol amplo de competências específicas do Congresso, o Art. 34 da Constituição Federal determina:

1º Orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro; 2º Autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, e a fazer outras operações de crédito; 3º Legislar sobre a dívida pública, e estabelecer os meios para o seu pagamento; 4º Regular a arrecadação e a distribuição das rendas federais; 5º Regular o comércio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Distrito Federal, alfandegar portos, criar ou suprimir entrepostos; 7º Determinar o peso, o valor, a inscrição, o tipo e a denominação das moedas; 8º Criar bancos de emissão, legislar sobre ela, e tributá-la; 9º Fixar o padrão dos pesos e medidas; [...] 14º Conceder subsídios aos Estados na hipótese do art. 5º (BRASIL, 1891).

No que se refere às competências estabelecidas para a Câmara de Deputados, o Art. 29 estabelece:

Compete à Câmara a iniciativa do adiamento da sessão legislativa e de todas as leis de impostos, das leis de fixação das forças de terra e mar, da discussão dos projetos oferecidos ao Poder Executivo, e a declaração da procedência ou improcedência da acusação contra o Presidente da República, nos termos do

⁶ Santos e Hochmann (2000) avaliaram o padrão da atividade legislativa e concluíram que havia uma dinâmica de contestações por parte da Câmara que não permite reduzir as relações entre Executivo e Legislativo a um mero jogo de barganhas ou meras autorizações de políticas locais por políticas nacionais.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

art. 53, e contra os Ministros de Estado nos crimes conexos com os do Presidente da República (BRASIL, 1891).

Dentro de um campo vasto de determinações, é importante registrar o que estabelece o Regimento Interno da Câmara Alta e Baixa, para dimensionar esses espaços como fóruns deliberativos. A título de exemplificação, os artigos 38, 39 e 40 especificam os trâmites entre as Casas do Legislativo e a Presidência da República. Mais especificamente no que se refere à Câmara dos Deputados, o Regimento Interno, nos Art. 118, 119, 123, 134, 136 e 137, versa sobre a tramitação da produção legislativa da Câmara, estabelecendo a dinâmica legislativa na relação entre as Câmaras Alta e Baixa. As comissões permanentes, por sua vez, encontram-se regulamentadas nos Art. 36, 40, 41, 48 e 50 do Regimento Interno. (BRASIL, 1901, p. 35-45).

Feitas essas ponderações que dimensionam o “lugar” da Câmara Baixa na Primeira República, apresenta-se o demonstrativo prosopográfico.

3. Um demonstrativo prosopográfico da Câmara Baixa na conjuntura contracionista (1898-1906)

A construção do perfil dos tomadores de decisão como forma de se entender seu comportamento e atuação encontram-se fundamentadas nas teorias contemporâneas de análise de instituições. Sendo assim, objetiva-se neste estudo a construção da biografia coletiva do legislativo federal no recorte 1898 a 1906, a fim de demarcar possíveis relações com o contexto empresarial (industrial de época).

A teoria do Neoinstitucionalismo de Escolha Racional estabelece que o modus operandi dos indivíduos inseridos dentro da lógica política a um conjunto de estratégias racionais que conectam a resultados a seu próprio benefício ou do grupo a qual representa (OLSON, 1999). Este aspecto encontra terreno fértil em conjunturas marcadas pelo recrudescimento das disputas políticas e pelas demandas dos setores econômicos – como, a exemplo, o período contracionista que corresponde à delimitação cronológica deste estudo (ALVES, 2016).

O neoinstitucionalismo vê as instituições como regras ou estruturas de um jogo de modo que os indivíduos integrantes das instituições trabalham com capacidade racional a fim de alcançar determinados ganhos. Dentro desta lógica, os atores têm possibilidade de ações que estão ligadas a uma condição: participar do jogo, que os leva

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a tomar decisões, que lhes sejam favoráveis em circunstâncias onde há conflito de interesses. Desta forma, essa linha analítica se propõe a averiguar a conduta dos indivíduos intrainstituição. Olson (1999) parte da premissa de um comportamento “autointeressado”, onde os atores ou grupos atuam para a promoção de seus próprios proveitos. Em vista disso, este é o seu motor de ação: agir em prol de benefícios dentro de uma lógica de competição de interesses.

Desta forma defende-se neste estudo uma radiografia dos membros da Câmara baixa nos anos de 1898 a 1906, levando-se em consideração atributos sociais, regionais, e econômicos para que, em certa medida, se possa compreender determinados resultados políticos uma vez entendido que os estudos de agentes políticos é, sobretudo, a compreensão de atores que exercem poder (PERISSINOTTO, 2019).

O termo “recrutamento” é elemento recorrente nos estudos que buscam identificar como os membros ou participantes do jogo político foram selecionados, ou seja, a qual meio ou estrato social são pertencentes. Este processo assume importância uma vez que explicita o funcionamento dos mecanismos pelos quais os indivíduos alcançam posições de poder através da logística de ação dos partidos, relações de parentesco e recursos financeiros.

De acordo com esse modelo, o processo consiste em compreender a partir de um contexto de disputa de interesses entre diferentes setores econômicos, quais atores foram eleitos para a Câmara de Deputados e traçar o perfil socioeconômico destes atores para inferir a maior ou menor correspondência (biográfica) à representação dos interesses do setor industrial.

Em vista destas considerações este estudo propõe-se ao enfrentamento dessa perspectiva, pela valorização da prosopografia que permite abordar os atores que compuseram a Câmara Federal na Primeira República.

Salientado o contexto da pesquisa em tela a partir do levantamento biográfico dos deputados que atuaram na conjuntura de 1898 a 1906 construíram-se variáveis a fim de caracterizar o perfil dos atores. Para isso levou-se em consideração elementos como: o estado de nascimento, estado de representação, o partido político, formação acadêmica, e origem socioeconômica.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Esta construção vale-se de perspectivas quantitativas; desta forma utilizaram-se dados das legislaturas 24^a, 25^a, 26^a. Assim, para uma maior dimensão da população de indivíduos atuantes na conjuntura foi somado o quantitativo total de cada legislatura construindo um montante amostral total de 673 indivíduos das quatro legislaturas analisadas.

Cabe justificar que os casos de reeleição para o cargo não foram tomados como elemento de diferenciação em decorrência dos esforços metodológicos a serem dispendidos. Este fator não desqualifica o trabalho uma vez que uma possível discrepância se dá pela análise duplicada ou triplicada de um mesmo ator – o que em outro momento de pesquisa foi relevante para identificar de forma mais categórica cada um dos membros da legislatura.

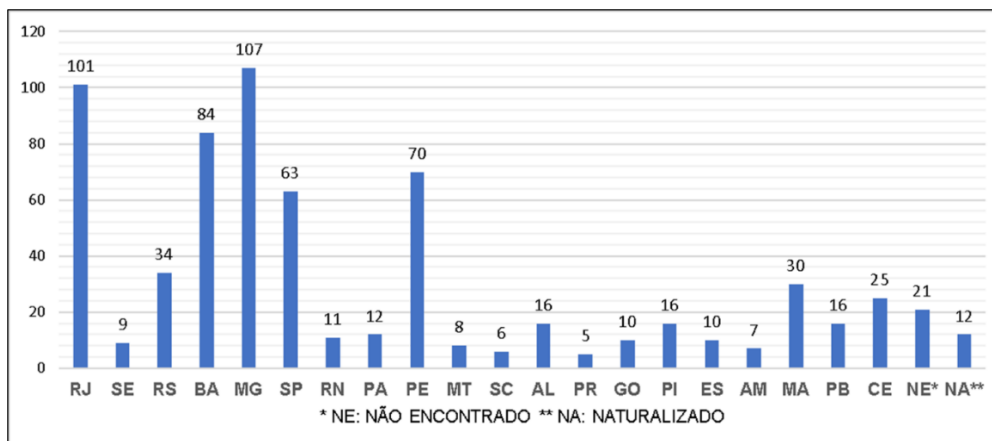
Entretanto, Santos (2013) afirma que 57% dos deputados na Primeira República não permaneceu mais que seis anos na Câmara dos Deputados – o que se explica em função do mandato parlamentar ter a duração de três anos. Vale considerar que, em caso de suplência, os dados quantitativos sofrem alteração embora esta pesquisa não discrimine esse aspecto, contanto apenas o quantitativo total.

O gráfico 1 ilustra o estado de nascimento dos deputados desta conjuntura. A relevância desta tipologia incide em trazer a magnitude dos estados formadores de elites atuantes no cosmo político uma vez que a literatura clássica sobre a temática na Primeira República evidencia uma maior proeminência de participação das elites estaduais no enredo político.

Assim, a partir desta perspectiva poder-se-ia inferir quais estados conseguiam fomentar maiores interlocutores políticos, o que não pode ser confundido com o estado de sua representação uma vez que havia mecanismos institucionais que regulavam o quantitativo de cadeiras para cada estado.

Gráfico 1 - Estado de Origem dos Deputados atuantes nos anos 1898 a 1906

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: elaboração própria. CPDOC

Como se vê, os estados que se apresentam como maiores formadores de elites políticas correspondem justamente àqueles com força econômica e com quantitativo populacional proeminente como a exemplo Minas Gerais com 135 deputados, Rio de Janeiro com 122, e Bahia com 104 parlamentares. Este elemento é capaz de caracterizar um modus operandi das elites regionais no cenário nacional. Uma pesquisa a posteriori poderia verificar quantos indivíduos viveram uma transferência do estado de nascimento para o estado de representação.

No que se refere às representações estaduais a constituição previa no art. 28 o número de deputados que ocuparia esta esfera legislativa segundo o critério da proporcionalidade de habitantes nos estados, a saber: um deputado por setenta mil habitantes (1:70.000) (BRASIL, 1891).

Zulini e Ricci (2013) caracterizaram em estudos recentes o número de ocupação de deputados distribuídos por estados. Em relação às representações estaduais, a tabela 1 apresenta:

Tabela 1 – Vagas por Estado na Câmara Baixa

Estado	Vagas	Estado	Vagas
Minas Gerais	37	Paraíba	5
São Paulo	22	Piauí	4
Bahia	22	Sergipe	4
Rio de Janeiro	17	Rio Grande do Norte	4
Pernambuco	17	Paraná	4
Rio Grande do Sul	16	Santa Catarina	4
Distrito Federal	10	Goiás	4
Ceará	10	Amazonas	4
Pará	7	Espirito Santo	4
Maranhão	7	Mato Grosso	4

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

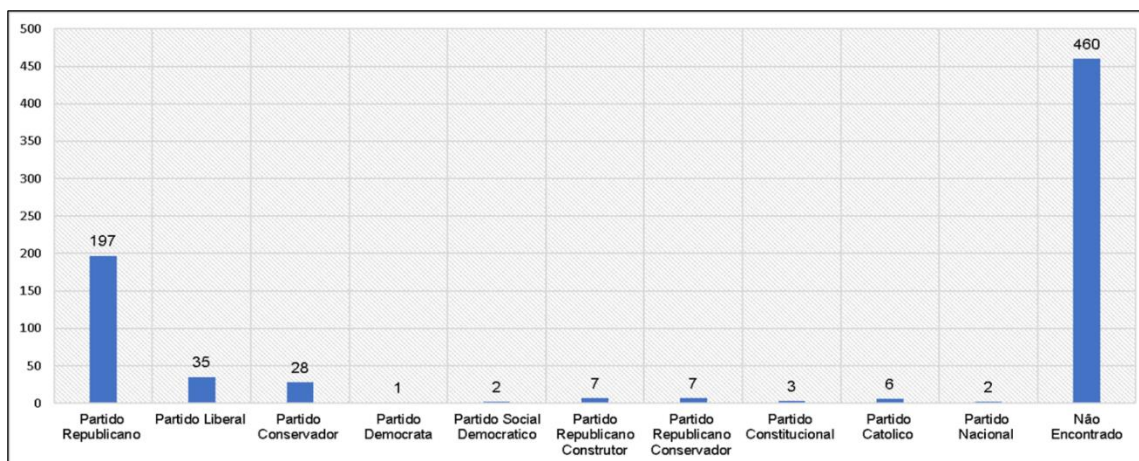
Alagoas	6	Total	212
---------	---	-------	-----

Fonte: RICCI; ZULINI, p.446, 2014. Adaptado

Como se pode observar, Minas Gerais era o estado que mais elegia representantes para a Câmara seguido por São Paulo e Bahia. Cabe destaque para a projeção dos dois primeiros em decorrência do protagonismo e, em alguma medida, do monopólio exercido por ambos na sucessão presidencial – consequência da força política e do vetor econômico.

No que tange à filiação partidária, Perissonotto; Massimo; Costa (2017) constatam que durante a Primeira República havia uma forte institucionalização partidária com proeminência regional sem os “[...] quais seria difícil fazer valer qualquer pretensão de sucesso político havendo pouco ou nenhum espaço para carreiras políticas individuais, baseadas exclusivamente em atributos pessoais” (p.89). Somando-se a isso, Ferreira (1994) defende que nesse contexto, haveria um monopólio de partidos políticos em decorrência de sua organização na arena eleitoral, bem como devido ao pragmatismo das elites e o controle exercido sobre o acesso ao mercado político.

Gráfico 2 - Presença de Partidos Políticos na Câmara Baixa Estado dos Deputados atuantes nos anos 1898 a 1906



Fonte: elaboração própria. CPDOC.

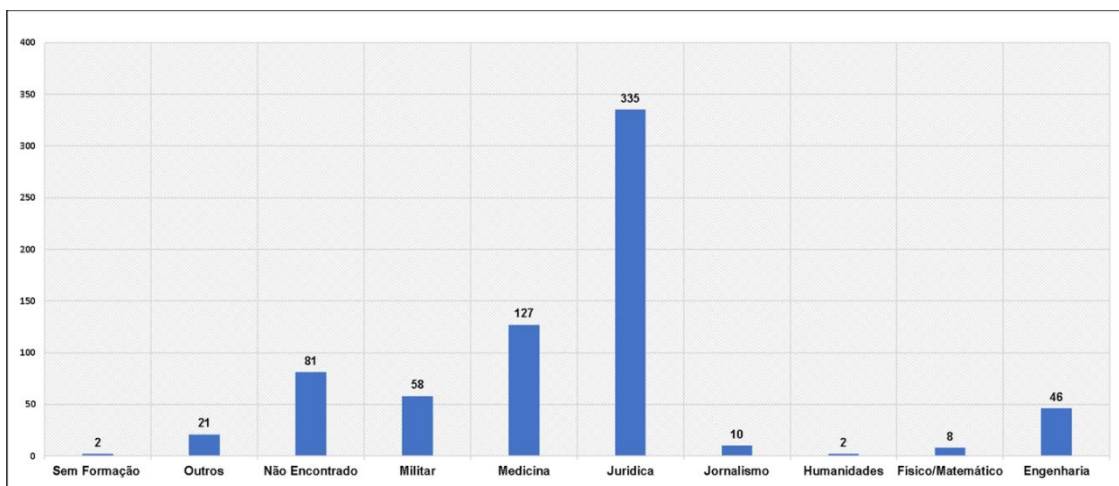
A inserção nas fontes não configura, de forma categórica, as vinculações partidárias, elemento que também dialoga com a cultura política.

Para a elaboração do gráfico 2 foram estabelecidas as recorrências partidárias à medida de sua verificação nas biografias dos deputados. Nota-se o valor elevado da variável “não encontrado”, elemento já justificado pela inserção nas fontes. Faz-se relevante salientar que não foram levadas em consideração as variáveis estaduais do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Partido Republicano (a exemplo: Partido Republicano Mineiro, Paulista, Gaúcho), sendo esse partido aglutinado em apenas um grande grupo.

Gráfico 3 – Formação Acadêmica dos Deputados atuantes nos anos 1898 a 1906

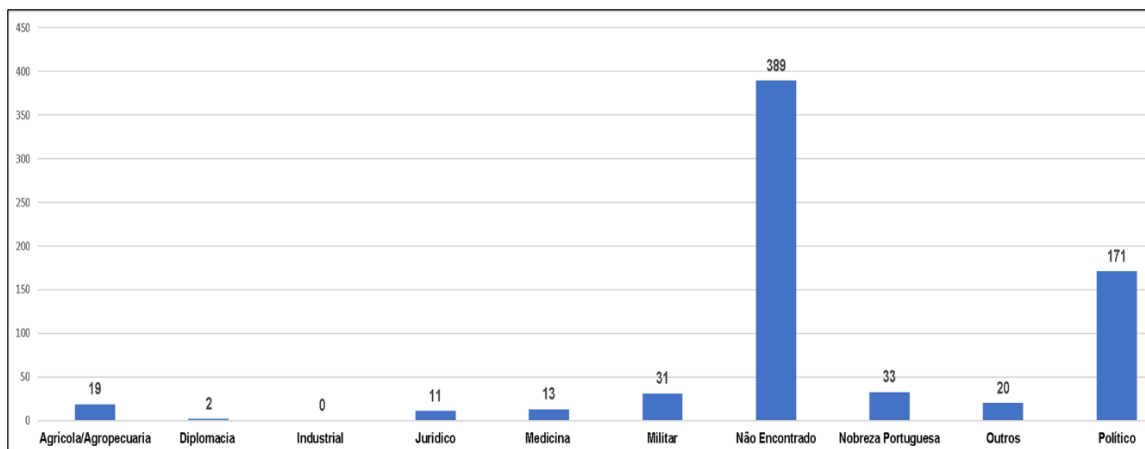


Fonte: elaboração própria. CPDOC.

A formação acadêmica é um elemento que merece destaque. A tese sustentada por Carvalho (1996) e Adorno (2019) estabelece que a formação dos jovens das elites políticas no final do século XIX e início do XX voltava-se de modo recorrente ao título de bacharel em direito – formação preponderante com perspectivas para os espaços corporativos do Estado. Neste sentido, após a formação os indivíduos tentavam seguir carreira profissional buscando, em um primeiro momento, a nomeação para cargos públicos. Dinâmica que funcionava como “antessala” para a carreira política de acordo com Carvalho (1996, p.94): “[...] vinham em geral através de auxílio de amigos ou correligionários políticos já bem colocados”. Ao mesmo tempo vinculavam-se a um partido e se elegiam seguindo os redutos eleitorais familiares. No que tange aos dados da conjuntura analisada, a formação na área jurídica se apresenta de maneira robusta, seguida pela medicina e carreira militar.

Gráfico 4 – Origem Socioeconômica dos Deputados atuantes nos anos 1898 a 1906

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: elaboração própria. CPDOC.

A hipótese sustentada neste estudo é a representação de interesses do setor industrial na Câmara Baixa. Vetor que seria percebido pelo elemento da origem socioeconômica, tipologia que mais se aproxima para a categorização dos atores. Convencionou-se estabelecer os tipos a partir da recorrência que se apresentava nas fontes. Contudo, não foi observado pela inserção nas fontes nenhum aspecto que vincule os deputados ao setor industrial em seus aspectos biográficos.

Há um elemento relevante a ser mencionado nos episódios com indicação de “Não Encontrados”; isto ocorre porque a fonte não fornece a origem socioeconômica, o que incide no número amostral dos dados. Entretanto, embora a hipótese inicial não seja comprovada (a ligação direta com o setor), outros aspectos podem ser observados. A exemplo disso investe-se na comprovação do vínculo entre os deputados e famílias já presentes nos espaços de poder – elemento que dialoga com as teses de Carvalho (1996) e Adorno (2019) já mencionadas.

Feito os demonstrativos, na sequência, consideram-se os apontamentos finais.

Considerações Finais

A análise dos elementos que constituíram o espaço legislativo na Primeira República passa pela consideração das premissas do neoinstitucionalismo sob uma perspectiva de escolha racional. Para essa orientação, o comportamento dos atores é “estratégico”, e condicionado por um horizonte e uma visão de mundo dos indivíduos que recorrem a “modelos” já estabelecidos na ação política.

Com base nesses pressupostos, levantou-se a questão central e a formulação do objetivo a ser atingido: inferir a permeabilidade da Câmara Baixa às demandas dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

empresários industriais na conjuntura contracionista de 1898 a 1906 por meio do perfil biográfico. Desse modo, valendo-se do aporte teórico e da metodologia utilizados não foi possível vincular ao perfil dos Deputados a representação direta dos interesses do empresariado no recorte estabelecido.

Contudo, como aspectos relevantes da pesquisa ressalva-se a própria construção do perfil dos indivíduos que atuaram na Câmara Baixa durante a conjuntura: homens; em sua preponderância naturais dos estados da federação como MG, RJ, PE; pertencentes ao partido republicano; com grau de instrução no ensino superior em cursos de natureza jurídica; membros de uma elite política que perpetuam de forma articulada sua projeção nacional.

Há de se observar, portanto, que embora os aspectos biográficos não atuem como variável que importa para a representação de interesses do empresariado industrial esta correlação pode ser verificada na forma de atuação individual em debates e discursos parlamentares – o que será buscado no desenho mais amplo desta pesquisa.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Taís de Cássia Badaró. "**GRUPOS DE PRESSÃO**" NA PRIMEIRA REPÚBLICA: representação de interesses entre os anos de 1889-1930. Tese de Doutorado. UENF. 2016.

ARAGÃO, Murilo de. **Grupos de pressão no congresso nacional**: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. Maltese: São Paulo, 1994.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o pacto de Campos Sales. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós- graduação em Ciência Política. Porto Alegre. 2004.

BRASIL, Legislação Informatizada - **CONSTITUIÇÃO DE 1891** –

Publicação Original. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 04 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno**, 1901. Disponível em file:///C:/Users/Windows/Downloads/regimento_1901_camara_ex5.pdf. Acesso em 04 jul. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CARDOSO, Eliana. **Desvalorizações cambiais, indústria e café:** Brasil, 1862-1906, p. 85-106. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, abr./jun., 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos governos militares a Prudente – Campos Sales,** p. 15-50. In FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

FARHAT, Said. **Lobby: o que é; como se faz; ética e transparência na representação** junto a governos. São Paulo: Petrópolis, 2007.

FAUSTO, Boris. **Expansão do Café e Política Cafeeira,** p.191-248. In: FAUSTO, Boris. (Org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: **O Brasil Republicano,** Estrutura de poder e economia (1889-1930), v. 1, 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.

FRANCO, Gustavo H. B. LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia da República Velha.** PUC-RJ. 29-01-2011 (versão preliminar). Disponível em <http://www.econ.pucrio.br/pdf/td588.pdf>. Acesso em 14 mar. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro:** as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FRITSCH, Winston. **Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914.** p.257-317. In: NEUHAUS P. (Coord.). Economia Brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

GOMES, Ângela Castro. **A República não oligárquica e o liberalismo dos Empresários.** p. 7-16. In: SILVA, Sergio e ZMREZÁNY, (Orgs). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec, 2002.

GOZETTO, Andreia Oliveira. **Lobby e representação de interesses:** lobistas e seus impactos sobre a representação de interesses no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Depto de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Fevereiro, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana.** Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na industrialização brasileira.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMONGI, Fernando Papa terra. **O Federalista: remédios republicanos para males republicanos,** p. 242-255. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LUZ, Nícia Villela. **A Luta pela Industrialização do Brasil.** São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Economia e Política na Historiografia Brasileira.** p. 23- 39, Revista Antropolítica. UFF. Niterói, n. 7, 2. sem. 1999.

NORTH, Douglass. **Structure and Change in Economic History.** New York, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. **Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934)**. *Dados*, v. 60, p. 79-110, 2017.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 1994.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Por que é importante estudar as elites políticas?** *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, 2019.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Quem ganhou as eleições? a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral**. p.91-105. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45), mar. 2013.

REIS, Elisa P. **Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República**, p. 43-79. In: Renato Raul Boschi (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro; Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

SAES, Flávio A. M. de. **Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906)**. *Revista Brasileira de História*, v. 01, nº 02, 1981.

SANTOS, Fabiano; HOCHMAN, Gilberto. **Executive-Legislative Relations in an Oligarchic Presidential System: Brazil (1889-1930)**. Meeting of the Latin American Studies Association, Hyatt Regency, Miami, March 16-18, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O sistema oligárquico representativo da Primeira República**. *Dados*, v. 56, n. 1, p. 9-37, 2013.

SANTOS, Manoel L. **Representação de Interesses na Arena Legislativa: Os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. IPEA. Rio de Janeiro, 188 junho de 2014. <https://www.google.com.br/#q=santos+manoel+comiss%C3%B5es>. Acesso em 20 jan. 2016.

SILVA, Sérgio. **Expansão do Café e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 115-137, 2011.

TOLEDO, Gastão Alves de. **Grupos de pressão no Brasil**. Brasília: Prnd, 1985.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VERSIANI, Maria Teresa R. O. **Café e câmbio no Brasil: 1890/1906**. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 3, dez. 1985.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021